RELEM – Revista Eletrônica Mutações
©by Ufam/Fic/Icsez

Nas encruzilhadas das opressões: racismo e travestifobia na trama brasileira

Henrique da Costa Silva[1]
https://orcid.org/0009-0006-6559-1173

Resumo
O presente artigo é parte dos resultados de uma pesquisa de doutoramento realizada entre os anos 2019 e 2023 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE. Neste, para expor e problematizar as violências sistêmicas contra travestis e transexuais negras no Brasil, é apresentada parte da trajetória de Jovanna, uma travesti negra residente do Estado de Pernambuco que é atravessada, desde a infância, por um conjunto de negações. Esta trajetória, embora construída por diversos momentos, tem a violência multifacetada, a qual cotidianamente interpela sua vida, como grande expoente. Evidenciando que o mergulho nas histórias e memórias de travestis negras em um país como o Brasil permite, ao mesmo tempo, encontrar singularidades e elementos que podem ser universalizados. Assim, tendo como perspectiva teórica-política a contra-colonialidade essa produção elucida e analisa as violências contra travestis negras.
Palavras-Chave: Travestilidades negras; Violência travestifóbica e racista; Trajetórias singulares e coletivas.

At the crossroads of oppression: racism and transvestitephobia in the brazilian plot

Abstract
This article is part of the results of a doctoral research project conducted between 2019 and 2023 in the Graduate Program in Social Work at the Federal University of Pernambuco (PPGSS/UFPE). To expose and problematize systemic violence against Black transvestites and transsexuals in Brazil, this article presents part of the trajectory of Jovanna, a Black transvestite living in the state of Pernambuco who has been affected by a series of denials since childhood. This trajectory, although constructed through various moments, has the multifaceted violence, which daily challenges her life, as a major exponent. This highlights that immersion in the stories and memories of Black transvestites in a country like Brazil allows for the encounter with both singularities and what can be universalized for structural reasons. Thus, using countercoloniality as a theoretical-political perspective, this work elucidates and analyzes violence against Black transvestites.
Keywords: Black Transvestites; Transvestitephobic and racist violence; Singular and collective trajectories.

Tramitação:
Recebido em: 15/07/2025
Aprovado em: 25/08/2025

[1] Professor Adjunto 1 no Curso de Serviço Social da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Tendo experiência de docência também em cursos de Pós-Graduações. Doutor (2023) e Mestre (2019) em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (CAPES 6). Assistente Social (2016) formado pela mesma instituição. Pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gêneros, Ciências e Culturas HYPATIA/DSS - UFPE (cadastrado no CNPq desde 2012); do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletiva - GEPCOL (cadastrado desde 1999) e do AMANDLA - Grupo de estudo, pesquisa e extensão: políticas públicas sobre gênero, raça/etnia, desenvolvimento e territorialidade, nos quais participa de projetos que aliam ensino, pesquisa e extensão em temas relativos a política de saúde, gêneros, ciências, homens e masculinidades, raça/etnia, sexualidades, feminismos e transfeminismos. Filiado a Associação brasileira de Estudos da trans-homocultura - ABETH. Possui experiência na realização e organização de palestras, oficinas, mesas redondas, painel e outros eventos acadêmicos. E-mail: henriquecosta2114@unilab.edu.br

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença ***Creative Commons***. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

Introdução

O Brasil é um país reconhecido internacionalmente por sua violência contra travestis e transexuais[2]. Fato expresso nos dados apresentados pelo dossiê "Assassinato e violência contra pessoas trans em 2024", produzido pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2025). Nele se explica que há dezessete anos consecutivos temos ocupado o primeiro lugar no ranking de país que mais assassina corpos trans. Reiterando o argumento da Grada Kilomba (2020) de que no Brasil há uma "história de sucesso do sistema colonial"[3] (s/p), que se expressa pelo racismo, patriarcado e heterocisnormatividade.

Esses sistemas de opressão – criados e/ou sofisticados pelo colonialismo capitalista, balizam sentenças de vida e morte entre os diferentes sujeitos em terras colonizadas. E se intercruzados – a exemplo da travestifobia[4] racista, produzem devastações de proporções dilacerantes. Não sem razão, tem sido as travestis e transexuais negras aquelas que sumariamente são alvos das violências letais ocasionadas por travestifobia e transfobia no país. Embora o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022) e cisnormatividade se encarregam de invisibilizar essa realidade. Entretanto, é na contramão de quem se omite ou resiste a expor e problematizar esse controverso contexto que esse artigo se apresenta. Somando-se aos esforços históricos de travestis e transexuais negras e negros que por décadas tem vivido e denunciado os efeitos nefastos da transfobia racializada.

Sendo um fragmento da tese de doutorado defendida em 2023 com título: "*Tudo que 'noiz' tem é 'nóiz'": violência e cuidado na trajetória de travestis negras*, este texto apresenta e denuncia as violências sofridas por uma travesti negra em um Estado brasileiro, Pernambuco. Nele, expõem-se episódios de violências em diferentes contextos da trajetória da interlocutora. A partir das colaborações de Jovanna[5] , utilizei entrevistas, observação direta de campo e análise

[2] Uma conceituação provisória nos permite afirmar que travestis e transexuais são pessoas que reivindicam socialmente um gênero diferente daquele designado ao nascer, em função do sexo.
[3] Link para matéria: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/06/06/o-brasil-e-uma-historia-de-sucesso-colonial-lamenta-grada-kilomba
[4] Produção e reprodução de aparatos de violência contra travestis.
[5] A referida é uma travesti negra de 33 anos, moradoras de cidades do Recife, campo territorial do Estado de Pernambuco. É trabalhadora sexual, com atuação profissional em diferentes estados do Brasil e em alguns países da Europa. O nome real desta foi omitido, em acordo com o determina o Comitê de Ética em pesquisa da UFPE. Ao qual essa pesquisa foi submetida e aprovada pelo parecer 5.595.316. Em substituição, uso o nome de uma travesti negra ativista, corresponsável pela fundação e articulação do movimento de travestis brasileiro

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

documental – especialmente de normativas estatais, tendo o objetivo de identificar, expor e problematizar as violências as quais atravessam a trajetória destas.

Tendo como perspectiva teórica-política a contra-colonialidade (Matias, 2021), são convidadas para "mesa" intelectuais que têm denunciado e se oposto aos sistemas de opressão/dominação/exploração colonial-capitalista. Os quais incluem-se pensadoras/es do campo decoloniais, marxistas e pós estruturalistas. E mesmo reconhecendo as expressivas divergências entre os variados campos os quais recorro, valorizo aquilo que denomino como "coalizão crítica estratégica" (Silva, 2023). Uma aliança intelectual-política que valoriza a crítica ao capitalismo; às opressões de gênero e raça; e, que se opõe ao colonialismo e colonialidade.

Buscando coerência nessa direção, informo que as reflexões apresentadas pela interlocutora são tidas como elaborações intelectuais e não material para análise. Isso significa que coloco seus conhecimentos em diálogo com os conhecimentos de outras pensadoras(es). Demonstrando minha infidelidade ao vício colonial acadêmico, que ao estabelecer uma relação dicotômica e hierárquica entre o chamado "objeto de pesquisa" e referencial teórico, pretere os saberes e fazeres construídos fora das universidades.

Colonialismo e diversidades: o tortuoso campo da abjeção

A colonização, em sua ampla estratégia de dominação, longe de ser somente uma etapa de desenvolvimento do capitalismo, representa o maior empreendimento político-econômico deste sistema desumano. Por meio dela, foi possível acumular um conjunto de recursos: humanos, intelectuais, naturais e culturais; que permitiram a conformação do sistema capitalista e sua reprodução global, inclusive atualmente. A partir de um modelo de classificação hierarquizante, cria-se e/ou sofistica-se a raça e o gênero como instrumentos que articulam e mobilizam um conjunto de relações, funcionais à proposta de exploração e dominação requerida pelo capitalismo.

É possível afirmar que todos os grupos, cuja cosmovisão fosse diferente da branca eurocêntrica e heterossexual, organizadora do sistema sexo/gênero concebidos como binários e supostamente estáveis, foram tendo suas vidas e modos de viver interpeladas pela violência colonial, esta, amplamente desumanizante. Viviane Vergueiro (2015) chama atenção para como - a partir da colonização - sujeitos que não estavam em conformidade com o padrão de produzir desejos e corporalidades heterossexual e cisgênero foram sendo colocados à margem. Para

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

Vergueiro (2015), precisamos perceber os "projetos coloniais como limitadores e desumanizadores de um amplo espectro de corpos, identificações e identidades de gênero não normativas, para muito além dos conceitos ocidentalizados de gênero" (Vergueiro, 2015, p. 48).

Seu pensamento permite afirmar que para o projeto colonial, criar o script do que seria o gênero e quais seriam considerados legítimos[6], a ideologia colonial constrói mecanismos de exclusões e aniquilamentos a todos os corpos inconformes, a exemplo das travestis e transexuais (Vergueiro, 2015). Definindo as identidades "travesti" e "transexual" enquanto "gêneros falhos" – por criarem curtos circuitos no sistema colonial de gênero, Viviane Vergueiro (2015) localiza a violência contra aquelas e aqueles que historicamente têm desafiado a padronização colonial dos corpos e sexualidades.

Estevão Fernandes (2016), pesquisador e ativista pelo direito de pessoas LGBTI+ em comunidades indígenas, tem realizado reflexões importantes e que nos aproximam daquilo que Viviane Vergueiro apresenta em seus trabalhos. Segundo ele, o sistema colonial, ao estabelecer determinações sexuais e corporais, por meio da recusa de signos, rituais e formas de interpretar o corpo e desejo, constrói pela repulsa às formas diversas de interação com traços que na sociedade colonial marcam o gênero e as violências por consequência de suas normas.

Em documentos enviados ao rei de Portugal em diferentes momentos durante a colonização no Brasil, autoridades portuguesas expressam suas surpresas, temores e indignação frente à forma como os chamados "bárbaros" lidavam com o corpo e a sexualidade. Fernandes (2016) expõe em seu texto uma carta enviada pelo padre Pero Correa (1576), na qual fica evidente como formas diversas de exercícios do corpo eram objeto de espanto, indignação e recusa civilizatória por parte dos dominantes. Na Carta, Correa explicita:

> algumas Indias ha que tambem entre elles determinam de ser castas, as qua es nam conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercicio de mulheres e imitam os homens e seguem seus officios, como senam fossem femeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos, e vão á guerra com seus arcos e frechas, e á caça perseverando sempre na companhia dos homens, e cada uma tem mulher que a serve, com quem diz que he casada, e assim se communicam e conversam como marido e mulher (Gandavo, 1858 [1576] apud Fernando, 2016, pp. 47-48).

[6] A colonialidade do gênero, nos termos da María Lugones (2014), pressupõe uma construção binária, hierárquica e estável do gênero. A qual homens e mulheres representam a única forma possível e legítima de existir. E o enquadramento em uma ou outra identidade, tem o sexo (cisgenereidade) e a sexualidades (heterossexualidade) como critério.

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

Em outro momento histórico, Gabriel Soares de Sousa, autor do Tratado Descritivo do Brasil (1587), dedica parte de suas elaborações para apresentar sua surpresa e descontentamento sobre como bárbaros se relacionam sexualmente, em detrimento de um repertório instituído como civilizado para o exercício da sexualidade e corpo. No documento, Sousa (1587) informa:

> não satisfeitos com esta vida de brutos, nem bastando esta liberdade para saciar a vontade venérea, são incessantemente dados ao pecado de sodomia, tendo-se por mais graves os que mais a frequentam; e não admitindo diferença entre agente e paciente; motivo por que com a mesma publicidade o executam. Como a natureza humana não tem forças naturais para suportar um tão continuado excesso, a ajudam estes gentios com unções, e refeições de certos óleos e ervas, em que a malicia tem descoberto virtude para este auxilio; e na verdade coopera muito para o seu intento. Mas a mesma natureza depravada os afrouxa, debilita e os mata esfalfados, posto que satisfeitos com as proezas que fizeram (Sousa, 1587 apud Fernandes, 2016, p. 164).

Neste sentido, evidencia-se que o projeto colonial se alicerçou no culto a um padrão de corporeidade, sexualidade e gênero que era útil ao capital, voltado a reprodução de seus princípios e valores. Desencadeando uma série de violências as quais os povos originários foram submetidos por séculos, com complacência da igreja Católica, conforme explicita Hija de Perra (2014):

> Así en una tierra donde no existían las retorcidas leyes católicas se fueron imponiendo los ajenos ideales con muerte y agravio a cada sector donde se propagó esta escoria tormentosa que aniquiló nuestra originaria y rica cultura indígena. Los conquistadores miraron a los hombres indígenas como seres salvajes afeminados por su ornamentación y a las mujeres como calientes por llevar parte del cuerpo al desnudo. Nuestros ancestros fueron vestidos con ropa alejada de su cultura original, se les cortó su cabellera para diferenciarlos entre hombres y mujeres y no se permitieron, por aberración, todas las practicas intersexuales que producían alteración a la moralista mente española. Hoy aún estamos expuestos a parámetros heredados por estos violentos conquistadores por medio de un enjuiciamiento social, moralista religioso, que ha mutado para bien o para mal, ordenando estas cerdas formas de pensamiento en nuestra vulnerable y dormida sociocultura latinoamericana. (Perra, 2014 p. 9).

Os argumentos de Estevão (2016) e Perra (2014) dialogam com o pensamento de Lugones (2014), quando ela informa que o gênero, com seus rituais, disciplinamento e hierarquias binárias chega na América Latina na medida em que avança o projeto colonial. Estabelecendo, a partir dessa concepção, dispositivos que vão colocando à margem toda experiência com corpo e sexualidade que fuja à lógica binária e hierárquica. E se por um lado,

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

é através da colonização que esses mecanismos de disciplinamento e coerção se sofisticam no Brasil; por outro, exatamente por não termos superado uma racionalidade colonial após a colonização (Quijano, 2005) as violências contra os corpos inconformes têm se ampliado ao longo dos anos.

E é em meio a essa trama que se localizam as violências contra travestis e transexuais no Brasil. Estas, que não podem ser devidamente entendidas se nos apegamos aos discursos moralistas e individualizantes, que atribui aos comportamentos ou a falta de esforço individual as responsabilidades pelas desumanizações sistêmicas as quais essas pessoas são submetidas diuturnamente no país. Nesse sentido, as narrativas de violência e dor trazida por uma travesti, jamais pode lida apenas como um questão individual. Mas igualmente como resultado de um projeto secularmente bem sucedido que estabelece "margem" e "centro" a partir do gênero, sexualidades e raças.

"A história é minha, mas não é só comigo": violências na trajetória de travestis negras

> Meu irmão me batia muito. Ele me espancava mesmo. E minha mãe me defendia, mas não podia com ele. Aí o que foi que eu fiz: eu peguei e saí de casa, com meus 15 anos. Fui morar com essa minha amiga, fiz a transição junto com ela, na casa dela, tomando os hormônios tudinho. Fui e larguei os estudos pra poder começar a me prostituir, aí fui, conheci as ruas, as avenidas, apanhei na cara e aprendi como era realmente ser travesti (Jovanna).

É vigente no Brasil um acordo não formalizado entre as diversas instituições que formam, regulam e disciplinam nossa sociabilidade de que o único lugar tangível para travestis é o da prostituição. Esse pacto, reiterado por ações e omissões, é estabelecido àquelas que subvertem a lógica binária, hierárquica e colonial do gênero às margens. Incide, portanto, fortemente em suas condições de escolhas e agenciamentos[7]

No livro "Pacto da Branquitude" (2022), a intelectual negra Maria Aparecida Bento lança luz a uma questão que nos ajuda a pensar também a relação quase umbilical entre travestilidade e prostituição no Brasil. De acordo com Bento (2022), há na sociedade brasileira acordos não formalizados entre os sujeitos brancos e as instituições. Obviamente, nesse pacto, nem todos os sujeitos brancos têm a consciência de seu roteiro, nem são os seus formuladores.

[7] De acordo com o pensamento de Butler (2003), agências podem ser compreendidas como movimentos de resistência às normas impulsionados pelo desejo. Elas são movidas pelo desejo, e este se manifesta como a força inovadora e impulsora da mudança, porque é ele que ativa a consciência reflexiva acerca dos limites que o poder impõe ao sujeito, gerando resistência/agência.

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

Mas são beneficiários e contam com aparatos político, jurídico, econômico e social - produzido e aperfeiçoado pelas instituições nacionalmente.

Portanto, o acordo, que nem sempre está inscrito no plano da consciência, repito, garante, por um lado, proteção, complacência e irrestrita empatia entre os pares brancos em suas diversas estratégias de manutenção do poder; e, por outro, naturaliza, condiciona e fomenta condições de precariedade para os sujeitos não brancos. E essa proteção dos brancos e o aprofundamento da subalternidade de negros, indígenas e não brancos é uma tarefa exercida também a partir das instituições, mobilizadas pelo paradigma da colonialidade, reproduzindo de forma acrítica, mas não sem tensão, os valores, princípios e formas de pensar de um padrão de desenvolvimento colonial, capitalista e sexista

Embora Maria Aparecida Bento utilize o conceito "Pacto Narcísico da Branquitude" para expor a forma como as relações raciais operam sistemas de poder e hierarquias no Brasil, sua conceituação contribui para pensar como o narcisismo colonial tem aperfeiçoado o pacto que garante humanidade para poucos e a normalização dos lugares e experiências marcados pela precariedade, a exemplo das condições de travestis e transexuais na prostituição.

A repetição dessa norma (Butler, 2000), ou a normatização dessa condição, permite que, sem grandes interpelações à consciência coletiva, se naturalize esse lugar como única ou mais segura possibilidade para a sobrevivência de travestis. A naturalização dessa realidade leva pessoas cisgêneras a questionarem pouco, ou apenas de forma superficial, os condicionantes que nos colocam diante dos 90% das travestis e transexuais na prostituição no Brasil[8]. Algo que se conecta diretamente com as violências sofridas desde a infância.

Ao ser solicitada a refletir sobre sua infância, Jovanna relembra as primeiras dificuldades e violências que viveu aos 8 anos de idade. Ao verbalizar suas memórias, Jovanna demarca uma questão importante: a violência desde a infância experenciada por travestis, infelizmente, não é algo individual, já que travestis, apesar de "ser gente com vidas independentes, elas se entrelaçam como subtramas, apresentam argumentos que se encaixam mutuamente" (Jesus, 2013, p. 10). Em alinhamento com essa colocação, Jovanna expõe:

> No começo da minha transição foi uma vida muito sofrida. Tanto da transição da minha identidade de gênero como travesti, como minha transição como homossexual, que meu irmão não aceitava. Na verdade, os meus irmãos não aceitavam. Eu sei que não é fácil pra nenhuma, né? Mas eu passei por muita

[8] Dados da ANTRA.

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

> coisa. Era muitos humilhantes os castigos e xingamentos que eu levava quase todo dia, praticamente.

Jovanna ainda lembra que, na medida em que crescia e "se tornava mais feminina", foram intensificadas as violências contra ela

> Meus irmãos eram todos homens. E, assim, o mais velho era o que mais me batia, mas me batia mesmo viu, Henrique. Dava só chute e murro, e eu muito nova, né? Eu me lembro que uma vez que ele me bateu muito e disse: vai apanhar pra aprender a ser homem, seu viado safado. Isso eu com meus 12, 13 anos. Eu não suportava aquela sofrência de estar sendo espancada dentro da minha própria casa, que era pra mim ser acolhida.

O que Jovanna sinaliza dialoga com a compreensão de que a abjeção, a ojeriza e a sanção destinadas às pessoas, cujas identidades ou expressões de gênero, que escapam à norma heterocissexista, são exercidas desde a primeira identificação, em geral na infância, por diferentes agentes (Bento, 2008). E a violência - linguagem do pacto narcísico colonial (Silva, 2023) - é exercida a partir de diferentes expressões. É a materialização do conjunto de subsídios utilizado pela cisnormatividade em favor de sua manutenção.

As vivências relatadas por Jovanna explicitam a maneira como o patrulhamento, a vigilância e a punição manejados a partir do sistema sexo-gênero se exercem no cotidiano de travestis e transexuais. Embora os primeiros relatos situem-se na particularidade da família, as situações de violências não se encerram nela.

> Na escola era horrível. Eu lembro que fui espancada por três alunos uma vez. Eu tinha mais ou menos 10 anos. Eles me bateram porque disseram que eu era um viado nojento (conta chorando). E eu não tinha nenhuma amiga naquele momento lá [...] E aí, quando me chamava na chamada, "presente", que eu me levantava, os meninos ficavam rindo, debochando de mim, começava a dar gargalhadas, e aquilo ali ia me fazendo mal, aquele tratamento dentro da sala de aula. Aí eu fui ficando constrangida, decepcionada, porque eu não me identificava com tal nome. E também não tava feliz porque eu tava sabendo que tava servindo de chacota pra os demais alunos dentro da sala de aula; que eles não respeitavam (Jovanna).
>
> A professora via os outros alunos me abusando e muitas vezes ficavam apenas caladas. Eu acredito que até no dia que eles me bateram ela também viu. E quando eu ia reclamar pra ela, ela me disse que se eu me comportasse com certeza meus colegas iriam parar. Aí eu perguntei, me comportar como? Ela disse que eu sabia como era pra me comportar. Nossa! ali eu fiquei ainda mais triste do que já estava. Pronto, foi naquele ano que eu saí da escola e nunca mais quis voltar. Até hoje (Jovanna).

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

Os relatos acima deixam evidentes que, no espaço escolar, por ações, omissões e silêncios, a violência é reiteradamente praticada contra corpos considerados abjetos. Não sem razão, parte importante das travestis brasileiras, são forçadas a parar de frequentar o ambiente escolar, em função das recorrentes violações. Algo que se articula com o dado explicitado acima, o qual expressa o amplo contingente de pessoas travestis e transexuais na prostituição. Esta que se torna uma imposição frente aos múltiplos cerceamentos protagonizado pelas instituições brasileiras contra travestis. Não sem razão, Jovanna, é levada a prostituição levada à prostituição, que hoje se apresenta como seu único campo laboral.

No Brasil, a realidade concreta vai alicerçando relações e acessos diversos de travestis na prostituição. E é essa condição, hora condenada, às vezes naturalizada e em muitos momentos desconhecida, que, "contraditoriamente, proporcionou acesso a direitos antes negados, mas, ao mesmo tempo, potencializou violências contra Jovanna:

> Na rua[9] eu fui acolhida, embora que seja uma coisa de sofrimento, mas a rua foi onde me acolheu. Aonde eu era feliz de alguma forma, quando eu saí do colégio. Porque ali tinha pessoas que entendiam o meu lado, que me respeitavam de alguma forma. Não era como dentro da escola, que quando a professora chamava pelo meu nome, os alunos começavam a dar risada, a brincar, brincadeira de mau gosto.

As experiências narradas por Jovanna após o momento que é forçada deixar a escola e os trânsitos na batalha[10], expõem um paradigma absolutamente relevante para pensar contradições e resistências pela vida: a rua, para travestis, tem sido o lugar de encontro consigo, relativa autonomia, aprendizados, cerceamentos e violências; e essa questão nos coloca um elemento importante para reflexão. Há uma compreensão, por parte importante da sociedade, de que a casa é o ambiente de paz, acolhimento e segurança. E que, por isso, o ambiente doméstico, onde se constituem as relações familiares, seria sempre o local mais indicado quando se quer proteção social.

Entretanto, longe de ser um espaço genuinamente seguro, a rua é também mais um local em que as violências não cessam, sejam partindo da sociedade, sejam por parte do próprio estado, através de seus agentes de polícia:

[9] Com frequência, rua e prostituição aparecem como sinônimos para Jovanna.
[10] Batalha é um termo comumente utilizado por profissionais do sexo para se referirem ao trabalho sexual. Mais sobre o assunto foi debatido em (Silva, 2017)

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

> Com relação à política, eu posso dizer pra você, lá, quando tava trabalhando como profissional do sexo, eu não fui tão maltratada em São Paulo como as meninas eram antigamente, mas assim, às vezes vinha umas coisas, sim. Às vezes eles (os policiais) passavam, queriam que a gente fizesse sexo oral neles de graça, pegava nos peitos da gente. E eu deixava, sim, até pra depois eles não aprontarem comigo. Mas eles nunca pagavam. [...]
> Sobre violência na rua, aconteceu comigo muita coisa, principalmente quando eu fui trabalhar em São Paulo, em uma avenida, foi no Jóquei Clube, que eu tava em pé, aí parou um carro, com um rapaz e um monte de meninas, um monte de mulher que eu percebi que queriam apenas me provocar. Aí eu fiz a mesma coisa que essa minha amiga tinha feito. Aí eu peguei, fui, e saí de perto do carro, porque eu vi que tinha um monte de mulher e um rapaz. Ele queria o quê com essas meninas? Eles queriam avacalhar, eles queriam brincar comigo, eles queriam tirar sarro com a minha cara. Aí pra eu evitar de ele tirar sarro com a minha cara, eu fui e me distanciei, me afastei, ignorei, saí de perto. Pois ele foi, estacionou o carro, veio até a mim, eu tava de salto alto, o salto que amarrava no meu pé, na minha perna, e aí foi o que eu levei de vantagem, ele pegou, me deu uma rasteira e também começou a me chutar. Tinha uma travesti com uns 15 metros de distância de mim, trabalhando também, na avenida, eu comecei a gritar, gritar. Quando ela chegou, ele já tinha puxado meu cabelo, já tinha me chutado, entendeu? Então aquilo pra mim foi uma humilhação, eu comecei a chorar, porque eu acho que não precisava dessa violência, que eu não tinha feito nada.

As colocações feitas por Jovanna evidenciam duas questões importantes quanto a violência contra travestis no Brasil. A primeira é que grande parte destas são praticadas por agentes do Estado. Os mesmos que para alguns grupos, socialmente privilegiados, representam proteção. O segundo aspecto versa sobre o fato de que uma expressiva maioria dessas violências serem cometidas por quem não tem nenhum vínculo prévio com quem será alvo da violência. Sobre isso, Berenice Bento (2015) argumenta que a violência contra travestis e transexuais ocorre, via de regra, por motivações coletivas. Ou seja, não é particularmente endereçada a uma ou outra travesti especificamente, mas aos significados e símbolos que a identidade travesti afronta e preserva na medida em que constroem corporalidades, discursos, práticas sexuais e afetivas, seguindo na contramão daquilo que determina a cisnormatividade.

Em alinhamento com o que Berenice Bento (2015) expõe, os dados produzidos pela ANTRA revelam a conexão entre as violências sofridas por Jovanna e sua amiga na batalha e o cotidiano de travestis e transexuais brasileiras. De acordo com o dossiê apresentado pela Associação, em janeiro de 2023, mais de 70% dos assassinatos contra pessoas trans no Brasil foram praticados contra profissionais do sexo, revelando uma relação direta entre transfobia e a forma precarizada no qual o trabalho sexual ocorre comumente no Brasil. Mas a ANTRA destaca, que:

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

> É importante chamar atenção para o fato de que não acreditamos que é a prostituição que necessariamente coloca pessoas trans em situação de vulnerabilidade, mas a transfobia e as condições que lhe retiraram as oportunidades, que antecedem a sua busca pela prostituição como única opção. Inclusive, urge discutirmos o fato de que nem toda profissional do sexo está em vulnerabilidade social e que muitas encontraram ali uma saída frente aos processos de empobrecimento impostos a corpos trans pela ausência de oportunidades (ANTRA, 2023, p. 41).

Uma questão importante sublinhada pela ANTRA está contida no argumento de que não é a criminalização das trabalhadoras sexuais ou mesmo do trabalho sexual que fará com que as condições de precariedade a qual travestis vivenciam findem; mas é o conjunto de violações, que também se expressam no trabalho sexual, responsável por essa condição tão grave a qual elas seguem sendo expostas. Condição que informa, sobretudo, violência e que conta com o Estado enquanto facilitador das impunidades a quem as comete. Uma questão colocada por Joavana retrata como o Estado organiza sua política de prevenção e mobiliza a coibição da violência praticada contra travestis e transexuais:

> Na verdade, eu apanhei, minhas amigas também apanharam muitas vezes e ficou por isso mesmo, Henrique, nada foi feito. E eu vou te dizer: parece que não muda. Apanhamos de graça e assim ficou. Agora quando é pra nos prender e chamar de marginal num instante a polícia aparece. Quando se é travesti no Brasil parece que podem fazer tudo e ninguém se importa (Jovanna). Pense numa vida miserável.

Considerações Finais

Racismo e transfobia são instrumentos de dominação e opressão funcionais à exploração; mecanismos de controle e disciplinamento que há séculos têm sido manejados contra a vida de travestis, transexuais e pessoas negras em sua diversidade. Os reflexos da articulação entre eles podem ser percebidos nos dados sobre violência, morte e precariedade da vida de travesti negras no Brasil, a exemplo do que vem denunciando a ANTRA, mas que também foram constatados a partir da capacidade de reflexão organizada e exposta por Jovanna.

Esse cenário retrata as escolhas de um projeto de morte desenhado a partir da colonização e que se estende até os dias de hoje, com poucas interdições, a partir daquilo que Quijano (2005) classifica como “colonialidade”. Seu efeito é parte da sociedade acreditar que há quem nasceu unicamente para o trabalho braçal e há quem é legítimo o suficiente para produzir conhecimento. Ou, no caso das travestis, a prostituição como destino – única forma de

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

garantir sua existência – enquanto outros cordialmente usufruem do benefício dessa vulnerabilidade.

As interlocuções com as teorias e trajetória de Jovanna, expõem os dramas e dilemas vividos, cujas vidas são o tempo todo atravessadas pelo racismo e transfobia. Esses sistemas de hierarquias criam correspondência a partir da violência contra um grupo diverso em geração, renda, apoio familiar e acesso à educação. Reitero com pesar que, a despeito das singularidades, todas se encontraram nas avenidas das violências. Essas violências, longe de ser apenas o reflexo de como travestis negras vivem e se relacionam com o mundo, denotam um forte projeto de poder, que mobiliza instituições estatais e sujeitos, agentes de manutenção dele. Por ação e omissão, são corresponsáveis pela conservação naturalizada dos lugares de subalternidades ocupados e vividos por travestis no Brasil.

Em parte, o lugar cristalizado de subalternidade destinado a travestis negras, é expresso por minhas interlocutoras a partir das narrativas sobre prostituição. Deixando evidente que, apesar da idade, território e experiências particulares, esse lugar, enquanto espaço comum para travestis é um atravessador que conecta suas experiências. E atravessa expressando violência, precarização e dor. Que se somam ao conjunto de outras experiências em diversos âmbitos – escolar, familiar, nos serviços de saúde.

O conjunto de produções que acessei - de ordens intelectuais, documentais e em relatos - fazem uma grave denúncia ao expor as condições sociais e econômicas as quais travestis são submetidas neste país; uma denúncia ao Estado brasileiro que, a partir de seus vários órgãos e agentes, tem se prestado muito mais a produzir e intensificar os processos de violação contra travestis do que de construir subsídios que permitam suas existências com direitos.

Mas essas violações não somente existem como expressam um cenário de ampla letalidade, de abandono à própria sorte e de afronta aos marcos legais dos direitos. Afrontas que, reitero, nos permite admitir a insuportável constatação que somos um país de sucesso da história colonial. Esse sucesso se reafirmou a cada vez que Jovanna sofreu violência no âmbito escolar; ou que foi lançada ao trabalho sexual, mesmo quando havia dito que jamais o faria.

Acessou-se, nesta pesquisa, condições tão precárias que, nos limites do narcisismo cisgênero, nos faz acreditar que não existem esses contextos no Brasil. Afinal, no conforto de nossos corpos, embora restritos em função do capital colonial, como podemos pensar que violações tão grandes ainda ocorrem neste país?

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

A questão central é que os elementos aqui apresentados – por Jovanna, organizações e pensadoras(es) das universidades, nos provocam para inadiável tarefa de mobilização frente a esse nefasto mundo organizado contra travestis e transexuais negras e negros no país. Exigindo esforços intelectuais e políticos que atuem na defesa da vida e do bem viver de pessoas negras, mulheres, travestis, pessoas transexuais. Que no limite da existência, têm resistido a projeto colonial e suas artimanhas.

Referências

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTO, B. **Brasil: país do transfeminicidio**. CLAM (Centro Latino Americano em sexualidade e direitos humanos). [2022] Disponível em: < http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/transfeminicidio_berenice_bento.pdf >. Acesso em: 15 mai. 2020.

_____. **Transfeminicídio**: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, L. (Org.). Dissidências sexuais e de gênero. Salvador: UFBA, 2016. pp. 43-68.

BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 151-180

SILVA, Henrique da Costa. **“Tudo que ‘nóiz’ tem é ‘nóiz’”**: violência e cuidado na trajetória de travestis negras. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFPE. [2023] Disponível em: < https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/52461/1/TESE%20Henrique%20da%20Costa%20Silva.pdf >. Acesso em 15 de junho de 2025.

SILVA, F. P. A da. **Mulheres pobres em circulação**: aprendizados e saberes construídos na batalha nas ruas de Salvador. 2017. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

FERNANDES, Estevão. **Homossexualidade Indígena no Brasil**: um roteiro histórico bibliográfico. Revista ACENO, Vol. 3, N. 5, p. 14-38. Jan. a Jul, 2016.

JESUS, J. G. **Transfobia e crimes de ódio**: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. História Ágora. v. , n. , p. 22-40, 2013.

LUGONES, M. (2014). **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, 22(3), 935-952

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

PERRA, Hija de. Interpretaciones inmundas de cómo la Teoría queer coloniza nuestro contexto sudaca, pobre, aspiracional y tercermundista, perturbando con nuevas construcciones genéricas a los humanos encantados con la heteronorma. **Revista Punto Género**, n. 4, p. 9-16, 2014. Disponivel em:< https://revistapuntogenero.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/36405/38037 >. Acesso em 10 jan. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E.(Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 20-42 201.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado ao Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia. 2015. Disponível em< https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf >. Acesso em 10 de maio de 2022.

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença ***Creative Commons***. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B